

Que futuro para a Guiné-Bissau?

1 – O PASSADO

A Guiné-Bissau foi a primeira das ex-colónias de Portugal a assumir a independência a 24 de Setembro de 1973, através de uma declaração unilateral em Madina do Boé, no Leste do país, após os onze anos que durou a luta armada de libertação nacional. Esse acto, reconhecido de imediato por cerca de sessenta Estados soberanos, acelerou a queda do regime colonial português que acabaria por ser derrubado pela “Revolução dos Cravos” levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas também conhecido como Movimento dos Capitães de Abril, em 25 de Abril de 1974.

O regime democrático então instaurado em Portugal reconheceu acto contínuo a independência da Guiné-Bissau e outorgou a independência às restantes colónias portuguesas em África em 1975.

O PAIGC, partido que conduziu a luta de libertação nacional e que declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 1973, dirigiu o Estado da Guiné-Bissau em regime de partido único de inspiração socialista, por força do artigo 4º da Constituição da República, até 1991, ano em que, com a revisão constitucional que fez cair o atrás referido artigo 4º, foi instituído o multipartidarismo no país.

Após a liberalização política ocorrida em 1991, realizaram-se na Guiné-Bissau em Julho e Agosto de 1994 as primeiras eleições pluralistas, presidenciais e legislativas, de que saíram vencedores o PAIGC, no poder e o seu candidato João Bernardo Vieira, este na segunda volta das presidenciais.

Os primeiros sinais de instabilidade política começam a fazer-se sentir de forma subtil a partir de 1998. Senão vejamos:

Enquanto que nos primeiros vinte anos da sua existência (de 1974 a 1994) o país conheceu 5 chefes de Governo, nos dez anos que vão de 1997 a 2007 sucederam-se nove personalidades no cargo de Primeiro Ministro.

Entre 1998 e 2009, aconteceram na Guiné-Bissau:

- ◆ o conflito político-militar de 7 de Junho de 1998, que iria durar onze meses;
- ◆ o Acordo de Paz de Abuja, de 1 de Novembro de 1998;
- ◆ o Pacto de Transição Política de Maio de 1999;
- ◆ a renúncia do Presidente da República João Bernardo Vieira em 2 de Junho de 1999;
- ◆ eleições presidenciais e legislativas em 28 de Novembro de 1999, com a segunda volta em 16 de Janeiro de 2000, de que saíram vencedores o PRS e o seu candidato, Koumba Yalá;
- ◆ a dissolução da Assembleia Nacional Popular pelo Presidente Koumba Yalá em Novembro de 2002;

- ◆ a deposição do Presidente Koumba Yalá pelo Comité Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática em 14 de Setembro de 2003;
- ◆ a adopção pelo Comité Militar, Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil da Carta de Transição Política, que deveria constituir o quadro jurídico e político para a condução à legalidade e à normalidade constitucionais;
- ◆ a designação de Henrique P. Rosa para Presidente da República de Transição em 24 de Setembro de 2003;
- ◆ eleições legislativas em Março de 2004, tendo sido eleita a ANP e formado um novo Governo dirigido por Carlos Gomes Jr.. Presidente do PAIGC, partido vencedor;
- ◆ eleições presidenciais em 19 de Junho de 2005 com segunda volta em 24 de Julho, tendo saído vencedor o candidato independente João Bernardo Vieira, cuja investidura viria a ter lugar em 1 de Outubro de 2005;
- ◆ a demissão do governo de Carlos Gomes Júnior em 28 de Outubro de 2005;
- ◆ a designação de Aristides Gomes para Primeiro Ministro em 2 de Novembro de 2005;
- ◆ eleições legislativas em Novembro de 2008, tendo saído vencedor o PAIGC, com Carlos Gomes Jr. como chefe do governo;
- ◆ assalto por um grupo armado à residência do Presidente da República João Bernardo Vieira, em 23 de Novembro de 2008;
- ◆ assassinato à bomba do CEMGFA Tagme Na Waye, em 1 de Março de 2009;
- ◆ assassinato por um grupo armado do Presidente da República João Bernardo Vieira, em 2 de Março de 2009;
- ◆ detenção por um grupo de militares do CEMGFA Zamora Induta, em 01 de Abril de 2010;
- ◆ detenção por um grupo de militares do Primeiro Ministro Carlos Gomes Jr. durante algumas horas, após o que foi libertado e restituído às suas funções.

Olhando agora para o percurso da Guiné-Bissau de 1974 até aos nossos dias, em que o país conheceu várias crises económicas, sociais, políticas e militares e diante da falência das instituições do Estado, há uma questão que fatalmente acabará por se pôr: como é que um partido que foi capaz de feitos tão gloriosos não conseguiu, tal como durante a luta de libertação, encontrar as vias para a perenização das conquistas da luta e para conduzir o país a um desenvolvimento durável?

Embora não se detenham as respostas para uma tal questão, poder-se-ia no entanto apontar algumas pistas:

- ◆ falta de capacidade de visão e de liderança política por parte da direcção do P.A.I.G.C. de modo a fazer corresponder as orientações do Partido às aspirações do povo;
- ◆ falta de capacidade inovadora da direcção do Partido, que lhe permitisse transformar a economia de resistência herdada da luta numa economia de desenvolvimento;
- ◆ falta de democracia interna (diálogo com as bases) no seio do Partido e de democraticidade nas instituições do Estado.

Retomaremos mais adiante este tema.

2 – O PRESENTE

O presente da Guiné-Bissau é, no mínimo, preocupante:

- ◆ o país tem vindo a ser classificado de estado falhado (governo sem controlo sobre a totalidade do território, que não detém o monopólio do uso da força, incapaz de

assegurar serviços básicos nomeadamente prisões de segurança e cujos funcionários são permeáveis à corrupção) e de primeiro narco-estado de África;

- ◆ a comunidade internacional, tão ausente por ocasião dos assassinatos do Chefe de Estado e do CEMGFA em 1 e 2 de Março de 2009, pressiona agora as autoridades do país no sentido de ser reposta a ordem constitucional prevalecente antes de 1 de Abril de 2010, esquecendo a precariedade desta ordem que, ela mesmo, estava assente nas graves ofensas à Constituição cometidas no “saneamento” da situação resultante dos assassinatos de 1 e 2 de Março de 2009 e fazendo do cumprimento desta exigência um elemento condicionante das ajudas internacionais já comprometidas, essenciais para um melhor desempenho do país. Esta exigência deveria incluir os assassinatos de 1 e 2 de Março de 2009.

A comunidade internacional, a braços com um problema de imagem no mundo e particularmente em África, com inúmeros casos a que não consegue dar solução, pretenderia assim transformar a Guiné-Bissau num caso exemplar de sucesso da sua actuação, mas a que preço?;

- ◆ os partidos políticos e a sociedade civil, tão activos e opinativos em tempos de campanha política, brilham pela ausência numa situação em que a sua intervenção esclarecida é uma exigência do exercício do direito/dever de cidadania;
- ◆ o Estado, assente nos seus três pilares que são o território, a população e o poder político organizado, vê a sua estrutura abalada pela precariedade e fragilidade da organização e do exercício do poder político: o Estado deixou de ser o único detentor do uso da força ao permitir que o sector militar escapasse ao seu controlo; a Justiça tornou-se inoperante e incapaz de fazer frente às ameaças contra a segurança do Estado, ao crime organizado e em particular à ameaça do narcotráfico; finalmente o Estado, com um orçamento altamente deficitário e sem meios para promover a exploração racional dos recursos do país para o bem-estar dos cidadãos, tornou-se completamente dependente da ajuda externa para a viabilidade da sua acção;
- ◆ o país, em consequência das crises cíclicas a que foi sendo sujeito, foi-se esvaziando progressivamente em matéria de recursos humanos e muitos dos que permaneceram no país, pressionados pela dureza das condições de vida, foram sendo minados pela corrupção. O resultado é uma administração ineficaz, sem espírito de corpo e de que ninguém se orgulha, contribuindo assim para um estado generalizado de perda da auto-estima nacional.

3 – O FUTURO

Voltemos agora às pistas apontadas mais acima:

- ◆ falta de capacidade de visão e de liderança por parte dos partidos políticos, de modo a fazer corresponder os seus programas políticos às necessidades e aspirações do povo e a executá-los de forma eficaz;
- ◆ falta de capacidade inovadora das direcções dos partidos políticos, de modo a permitir aos órgãos de fiscalização democrática e ao(s) partido(s) no poder a criação de uma verdadeira economia de desenvolvimento;
- ◆ falta de democracia interna e falta de diálogo com as bases no seio dos partidos políticos e de democraticidade nas instituições do Estado.

Mesmo que os deficits mencionados não esgotem a explicação das origens do “mal guineense”, o seu preenchimento iria ajudar grandemente na busca de soluções para o mesmo.

Mas como preencher esses deficits, que têm vindo a agravar-se nos últimos dez anos?

Sem pretendermos ter a solução para os males do país, ousamos no entanto avançar com algumas medidas em três eixos fundamentais – reconciliação, recursos humanos e refundação do Estado – que poderiam contribuir de forma decisiva para a reabilitação da Guiné-Bissau:

- Reconciliação

O país precisa de se reconciliar consigo mesmo. Sem querer ir mais longe, pode-se dizer que desde o assassinato de Amílcar Cabral, perde-se a conta aos actos violentos que marcaram a vivência recente da Guiné-Bissau: desde as execuções sumárias, valas comuns e diversos crimes de sangue, às purgas que se seguiram ao processo da independência, sem esquecer a necessidade de um equilíbrio étnico e o problema balanta, que atravessa de forma larvar a sociedade guineense desde a luta armada de libertação nacional. É preciso que os guineenses se sintam bem consigo mesmos e uns com os outros, no seio de uma nação plural em construção, integrada por crioulos e cerca de vinte etnias. O país tem recursos mais do que suficientes para sustentar todos os seus filhos, tenham eles a sabedoria e a inteligência de os explorar de forma racional.

Como proceder a essa reconciliação?

Cabe à sociedade guineense – partidos políticos, sociedade civil e diáspora – decidir, com a colaboração interessada da cooperação internacional – países amigos, instituições sub-regionais e regionais, e comunidade internacional no sentido alargado .

- Recursos humanos

O país necessita de todos os seus recursos humanos que se encontram espalhados pelo mundo, no quadro de uma política determinada de valorização dos mesmos que não implique necessariamente o seu regresso definitivo, mas antes a sua participação na reconstrução do país. Ao mesmo tempo, impõe-se uma política de recursos humanos coerente com a situação actual, com as possibilidades e com as ambições legítimas e razoáveis do país.

Cabe aqui salientar a necessidade de uma profunda reforma das Forças Armadas, com vista a transformá-las num exército republicano em tempo de paz, adaptado à escala, condições e necessidades do país.

Paralelamente ao ensino clássico (básico, médio e superior), a luta contra a iliteracia nas tabancas e nos locais de trabalho, o ensino profissionalizante e a formação profissional parecem ser áreas em que o país deveria investir muito seriamente em matéria de aproveitamento dos seus recursos humanos.

- Refundação do Estado

Impõe-se a Refundação do Estado da Guiné-Bissau, na base de novos e sólidos pilares que respondam às aspirações dos guineenses, integrando os resultados da reconciliação nacional e a globalidade dos recursos humanos do país.

Que futuro querem os guineenses para o seu país, agora que os únicos inimigos são o subdesenvolvimento e o seu corolário lógico, a pobreza?

Um país que se desenvolva sem sacrificar as suas raízes, um país moderno que respeite o essencial da sua cultura, num processo em que a transição da tradição para a modernidade se faça sobre uma sólida base de justiça social, garantia da segurança das pessoas e dos seus bens, um país baseado na justiça, na segurança e na modernidade(conhecimento).

Um país que faça apelo a todos os seus filhos capazes de o levar para a frente, onde quer que estejam, independentemente do seu credo religioso ou da sua cor política.

Um país unido na luta pelo desenvolvimento, rumo a uma sociedade moderna e justa, baseada na difusão alargada do conhecimento.

MODERNIDADE – JUSTIÇA – DESENVOLVIMENTO, poderia ser assim o novo lema em torno do qual seriam mobilizadas as energias do país rumo à refundação da nova República da Guiné-Bissau. Isso implicaria a construção de uma sociedade e de um Estado em que teria necessariamente de se verificar um trade-off entre tradição e modernidade, tendo a justiça como elemento moderador e o desenvolvimento como objectivo último. Uma sociedade segura e aberta ao conhecimento, um Estado forte e uma justiça independente e justa.

30 Junho de 2010

Pedro A. Godinho Gomes e Henriqueta Godinho Gomes

Breve Nota Biográfica dos autores

Pedro A. Godinho Gomes

Guineense, formado em Administração pelo ISCSP (Lisboa) e pós-graduado em Gestão Bancária Avançada pela Universidade Católica / Instituto de Formação Bancária (Lisboa), ex-Governador do Banco Central da Guiné-Bissau e ex-Comissário da UEMOA, em Portugal desde Março de 2009 por razões políticas.

Henriqueta Godinho Gomes

Guineense, formada em Administração pelo ISCSP (Lisboa), ex-Ministra da Função Pública e Trabalho e ex-Ministra da Saúde Pública da república da Guiné-Bissau, ex-Conselheira do falecido Presidente da República da Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira (NINO), em Portugal desde Março de 2009 por razões políticas.